



# Cooperativismo Católico: Uma Feição Cristã da Economia Solidária no Brasil

## Catholic Cooperativism: A Christian Trait of the Solidarity Economy in Brazil

**Resenha do livro: SOUZA, André Ricardo de. Os  
laços entre igreja, governo e economia solidária. São  
Carlos: EdUFSCar, 2013.**

Aline Suelen Pires<sup>1</sup>

Renan Rossi<sup>2</sup>

O livro “Os Laços entre Igreja, Governo e a Economia Solidária” é fruto da pesquisa de doutorado de André Ricardo de Souza. Com apresentação de Jacob Carlos Lima e prefácio de Paul Singer, a obra tem o propósito de analisar de que maneira a Igreja Católica contribuiu e contribui para a formação e consolidação do movimento da economia solidária no Brasil, papel esse sempre mediado e influenciado pelo governo e pelas políticas públicas. Assim, o livro busca desvendar o complexo imbricamento entre igreja, governo e economia solidária, aprofundando-se na análise de cada uma dessas instâncias e preocupando-se em demonstrar suas conexões em todos os momentos.

O livro aponta que a formação de numerosos empreendimentos econômicos solidários, sobretudo entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, foi uma resposta de parte dos trabalhadores brasileiros à crise e às mudanças econômicas que marcaram o período. Entre as estratégias adotadas por grupos sociais para driblar o desemprego, Souza aponta a busca por qualificação profissional por pessoas de classe média – o que justifica a expansão das escolas profissionalizantes, de idiomas e de instituições privadas de ensino superior – e também, por parte das camadas populares, o “refúgio” nas mais diversas formas de trabalho informal, muitas vezes em condições de precariedade, sendo um exemplo, o acúmulo de jornadas.

Além das alternativas mais tradicionais para a obtenção de trabalho e renda, alguns grupos de trabalhadores buscaram, nesse contexto, como saída para o desemprego, a formação de empreendimentos econômicos solidários, pautados por valores coletivistas, quais sejam: a ajuda mútua, a solidariedade, a igualdade e a democracia. Além de experiências no meio rural, predominantes até então, esses empreendimentos solidários

<sup>1</sup> Professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutora em Sociologia pela UFSCar, mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. É participante do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidade Social, na Universidade Federal de São Carlos e do grupo Contradições do Trabalho no Brasil Atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação, na Universidade de Campinas.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2014). Pela mesma instituição formado bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia (2011) e complementação de curso em Ciência Política (2011). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2016). Pesquisador do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP).



passaram a ganhar visibilidade também no meio urbano a partir da década de 1990. Com o avanço do desemprego, alguns trabalhadores, por exemplo, se uniram e, amparados pelos sindicatos, assumiram a gestão de fábricas que se encontravam em processo de falência. São as fábricas recuperadas, que, como salienta Paul Singer (2008, p.289), se destacam pela:

(...) igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática.

Dessa forma, Souza destaca que quatro conjuntos de atores sociais foram fundamentais para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil: os sindicatos, as universidades, o poder público e as igrejas, sendo que o livro tem o propósito de abordar especialmente este último, no que se refere ao papel da Igreja Católica Romana. O autor busca analisar a relação entre o catolicismo e essa forma alternativa de ajustamentos autogestionários próprios do cooperativismo. Por um lado, se debruça sobre o papel das igrejas e suas pastorais para o desenvolvimento de empreendimentos solidários; por outro, busca compreender o que o movimento da economia solidária significa para a instituição religiosa.

Com esse intuito geral, o capítulo intitulado “Sacerdotes Pioneiros” retoma as origens do cooperativismo na Europa, abordando o papel dos chamados “socialistas utópicos”. Destaca também a liderança do padre José María Arizmendiarieta na formação do Complexo de Mondragón, no País Basco, e a atuação do sacerdote jesuíta suíço Theodor Amstad, que formou a primeira cooperativa de crédito no Brasil (Coperrural). Destaca ainda o trabalho do frei João Baptista Pereira dos Santos, que uniu-se a um artista plástico para fundar, em São Paulo, a versão brasileira de uma “comunidade de trabalho”, a Unilabor. A Unilabor produzia “móveis modernos” e tornou-se uma cooperativa de trabalho, chegando a ter, entre 1960 e 1964, cem trabalhadores e cinco lojas.

André Ricardo de Souza revisita as raízes da caridade cristã e traça a trajetória da Igreja Católica no Brasil, demonstrando como esta foi influenciada tanto pelas mudanças e diretrizes do Vaticano, como pelas oscilações da política nacional. Nesse sentido, discute a formação de importantes organizações e movimentos da sociedade brasileira que tiveram origem no catolicismo: a Ação Católica Brasileira (ACB), os Círculos Operários, a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e Ação Popular (AP). Assim, o autor faz uma concisa, mas ilustrativa apresentação dos principais fatos históricos e ajustamentos organizativos da Igreja Católica no século XX no tocante às suas manifestações políticas de esquerda, em especial aquelas do período que antecederam o pontificado do carismático e conservador papa João Paulo II.

Resgata a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) – conselhos episcopais fundados na década de 1950 –, a realização do Concílio Vaticano II, iniciado pelo papa João XXIII e concluído durante o pontificado de Paulo VI. Apresenta uma vertente esquerdista dentro da igreja, ancorada pela Doutrina Social da Igreja Católica, a qual, com grande projeção, culminou na formação das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs) e a Teologia da Libertação (TL). Retoma ainda a formação de pastorais, como a Pastoral Operária.

Como o autor sugere, a Igreja Católica não é estranha em sua história à criação e manutenção de muitos empreendimentos de trabalho assistencial. No entanto, o que diferencia os militantes católicos de esquerda é que estes reivindicam políticas sociais,



ao invés de se ocuparem somente de gestos pontuais de caridade, como é usual no meio católico, haja vista o exemplo da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP. Os adeptos da TL acreditam ser função da instituição na qual estão engajados uma preocupação social que não se ocupe tão somente da assistência a famílias carentes com roupas e alimentos, mas também, e especialmente, da requisição política de formas de diminuição da desigualdade social. Ocupam-se das razões estruturais da pobreza e, por isto, chegam a se aproximar do pensamento marxista, ainda que dele se apropriem de um modo bem próprio.

Nesse sentido, Souza destaca a atuação da Cáritas Brasileira. A Cáritas é um organismo da Igreja Católica presente em mais de 200 países e territórios, formando a rede Caritas Internationalis, desde 1897. No Brasil, a Cáritas se estabeleceu em 1956 e, inicialmente, sua atuação estava voltada apenas à distribuição de alimentos. Com o passar do tempo, essa organização passa a ter uma perspectiva “libertadora”, apoiando iniciativas populares para a geração de trabalho e renda. Entretanto, além da Cáritas, há outras instituições de origem católica (ou que têm relações com essa igreja) e que apoiam ou compõem o movimento de economia solidária. Assim, a obra aborda a atuação da FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e do Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul. Tais instituições tiveram um importante papel na articulação política que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

No penúltimo capítulo do livro, “Utopia e paradoxos”, é apresentado o debate sobre a participação católica na política partidária. O autor analisa a participação de membros progressistas da igreja na formação do PT e no governo Lula, que contou com alguns ministros e cargos de segundo escalão atribuídos a adeptos dessa orientação religiosa. Em meio a essa discussão, a figura católica que se destaca é frei Betto, que foi responsável pela interlocução com os movimentos sociais e pela estruturação de políticas públicas de redistribuição de renda, que, por fim, resultaram no programa Bolsa Família. Como sugere Souza (2013, p.141), “a ida de militantes católicos para o PT foi maciça, com parte deles transformando-se em lideranças, ocupando cargos políticos e públicos, vencendo eleições, legislando e administrando”.

No entanto, a relação do governo com certos segmentos e entidades da Igreja Católica nem sempre foi tão harmônica. Questões relativas à terra, ao agronegócio e a crise política ocorrida em 2005 levaram alguns grupos e figuras vinculados à igreja a manifestar suas insatisfações e se afastarem do governo. Souza descreve ainda o que chama de processo de centralização conservadora do episcopado brasileiro e a perda de expressão da Teologia da Libertação no país, refletindo a rigidez doutrinária dos papados de João Paulo II e Bento XVI. Essa parte da obra é enriquecida pela escolha do autor em recolher falas de Leonardo Boff, Vicente Paulo da Silva (o Vicentinho), Marina Silva e Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao final da obra é feita uma síntese de toda a discussão apresentada nos capítulos anteriores, aprofundando alguns dos pontos abordados. Conclui-se que, a partir do apoio de pastorais sociais e organismos católicos, em especial a Cáritas, verificou-se forte influência do catolicismo no movimento da economia solidária. Apesar do impasse existente entre a autogestão e a tendência centralizadora da Santa Sé, Souza acredita que o apoio de segmentos católicos à economia solidária tende a prosseguir no Brasil. A escrita do livro se encerra paralelamente ao início de um novo pontificado, o que deixa em aberto os rumos a serem tomados pela igreja.

“Os Laços entre Igreja, Governo e a Economia Solidária” é uma fonte de informações muito valiosa. Representa uma grande contribuição para as pesquisas sobre o movimento



brasileiro de economia solidária, retomando as origens de nossas experiências autogestionárias e cooperativistas. No entanto, a obra vai além, na medida em que faz uma análise profunda do papel da Igreja Católica (e das instituições a ela vinculadas), não apenas no que se refere ao desenvolvimento da economia solidária, mas em sua relação com a sociedade e a política brasileira de uma forma geral. O livro de André Ricardo de Souza evidencia que, apesar de todos os percalços e das oscilações decorrentes das mudanças nas posturas do Vaticano e nas orientações da política nacional, a Igreja Católica sempre foi importante para o movimento de economia solidária, estando, em alguns momentos, no centro do palco e, em outros, mais em suas margens, ainda assim, sempre presente.

### **Referências bibliográficas:**

SINGER, Paul. Economia solidária. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 22, n. 62, 2008, pp. 289-314.

SOUZA, André Ricardo de. Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2007, pp. 156-174.

\_\_\_\_\_. Os laços entre igreja, governo e economia solidária. São Carlos: EdUFSCar, 2013, 237 p.

---

Recebido em: 11/09/2016

Aprovado em: 11/01/2017